

PS e PSD rejeitam propostas da CDU no Algarve que recusavam o favorecimento dos grupos económicos privados na saúde e na Via do Infante

O Grupo Intermunicipal da CDU apresentou na Assembleia Intermunicipal do Algarve, no passado dia 19 de dezembro, duas moções para discussão e deliberação.

Uma, intitulada “**Pelo direito à saúde. Atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Combater o assalto dos grupos privados de saúde.**”, foi rejeitada com 41 votos contra, 1 abstenção, 3 votos a favor (CDU) e outro voto a favor (BE).

A urgente contratação de mais trabalhadores e a valorização das carreiras de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos, que foi proposto exigir junto do Governo, não mereceram o apoio dos Grupos Intermunicipais do PS e do PPD/PSD, cujos membros mostraram assim a sua indiferença pelo estado de degradação do Serviço Nacional de Saúde no Algarve.

“A reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas, bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve, recusando o modelo Parceria Público-Privada que o Governo quer impor, fugindo ao cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021, de 28 de dezembro, recomendando ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão”, que também foi proposto exigir junto do Governo, ao não merecerem o voto favorável dos membros dos Grupos Intermunicipais do PS e do PPD/PSD, são testemunho da opção que transforma o direito à saúde num negócio e num privilégio de alguns, tal como acontecia antes do 25 de Abril, ou seja, tal como acontecia antes da criação do Serviço Nacional de Saúde.

A outra moção, intitulada “**Pelo fim das portagens na Via do Infante**”, também foi rejeitada, com 41 votos contra, sem abstenções, 3 votos a favor (CDU), 1 voto a favor (BE) e ainda mais outro voto a favor.

Foi proposto aos membros da Assembleia Intermunicipal que reafirmassem “o compromisso com a luta contra as portagens na Via do Infante até que estas sejam abolidas e resgatada a sua concessão; a urgência na requalificação da EN 125 entre Olhão e Vila Real de Santo António; a limitação do preço das portagens em todo país em 2023.”

Desde há onze anos que a imposição de portagens na Via do Infante contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve prejudica gravemente a região, constituindo-se como um factor de subtracção da riqueza produzida no Algarve por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta auto-estrada.

Onze anos de portagens que foram um factor de atraso no desenvolvimento do Algarve, de agravamento da sinistralidade, de perda de competitividade por parte das empresas e de empobrecimento das populações. Uma situação para que também tem contribuído muito para o atraso exagerado e inaceitável que se verifica na conclusão das obras de requalificação da EN 125.

Os votos contra dos membros dos Grupos Intermunicipais do PS e do PPD/PSD, em linha com o que se verificou recentemente na Assembleia da República, revelam a submissão destas forças aos interesses da concessionária.

Estas votações confirmam uma vez mais a importância da intervenção da CDU na defesa dos interesses das populações e da região do Algarve.

Faro, 21 de Dezembro de 2022.

O Grupo Intermunicipal da CDU.